

Resenha bibliográfica

Contabilidade e política de desenvolvimento econômico

José Maria Gouveia Vieira

Accountancy and economic development policy. Enthoven, Adolf J. H. ed. Amsterdã — London North — Holland/American Elsevier.

A North Holland Publishing Company, Amsterdã-Londres, juntamente com a American Elsevier Publishing Company Inc. acaba de publicar *Accountancy and Economic Development Policy* da lavra do Dr. Adolf J. H. Enthoven. Prefaciado pelo premio Nobel Jan Tinbergen, o livro, de 334 páginas, apresenta um copioso índice remissivo e volumosa bibliografia.

Não menos autoridade que M. Shoaib, Vice-Presidente do Banco Mundial, opina que os planejadores econômicos, sejam de onde forem, encontrarão, no livro, valiosos juízos acerca do papel da contabilidade no processo de desenvolvimento. Ainda que se discutam os possíveis méritos ou deméritos do planejamento econômico, importa reconhecer a impossibilidade de decidir sobre qual a melhor maneira de usar recursos humanos e capital, sem que se disponha de informações adequadas. E, como ensina o autor: "A contabilidade tem por fim desenvolver, coletar, mensurar, prever, processar e publicar informações adequadas sob a forma de custos e lucros externos e internos, renda e riqueza."

Segue-se que é escusado planejar se não houver um sistema de estatísticas básicas que habilite o país a possuir uma excelente contabilidade social. Como fonte de elementos para a elaboração de um bom sistema de contabilidade social, o livro do Dr. Enthoven é importante contribuição.

A parte inicial consiste de um apanhado geral no campo da contabilidade, desde a doméstica até a da empresa, governo e nacional. Analisa-lhe os progressos desde o século XIII até nossos dias. Fornece, pois, ampla visão das técnicas contábeis, pano de fundo para a exposição do desafio que constitui o tema principal do livro, a formulação de um sistema contábil adequado, que habilite as nações em desenvolvimento a promover o progresso social e econômico.

Em que pese a moda de abusar-se, hoje em dia, de modelos matemáticos altamente rebuscados, a verdade é que em nada aproveitam a quem quer que seja, se não permitirem enquadrar fenômenos insulados num sistema geral, não derem o sentido de proporção, não apontarem para o significado das relações entre os fenômenos econômicos, não permitirem domínio sobre uma multidão de casos individuais esparsos que compõem o que denominamos de ciência econômica.

O livro do Dr. Enthoven não requer conhecimentos matemáticos. Demonstra, porém, o grande acerto de T.C. Schelling quando ensina: "As contas nacionais têm alta importância pedagógica (se não para o aluno, pelo menos para seu mestre). É que põem a nu as inter-relações econômicas, não apenas entre as unidades, senão também entre as magnitudes expressas nos totais e subtotais da renda nacional." ¹

Efetivamente, a estrutura da contabilidade nacional, apresentada por Enthoven, permite destacar os conceitos básicos da economia, salienta os fatos econômicos em seqüência ordenada, focaliza as inter-relações essenciais de modo a não perder de vista nenhuma delas. Ainda que os dados apresentados fossem totalmente fictícios, a mera descrição da técnica da contabilidade nacional seria de enorme interesse pedagógico.

Salienta o autor, à página 11, que o princípio das partidas dobradas de Pacioli "cobre, completa e ordenadamente todos os dados que interessam, fornecendo, ademais, ferramenta segura para verificar a correção dos lançamentos". É o princípio básico de que a todo crédito corresponde um débito e vice-versa, que permite à contabilidade social salientar inter-relações econômicas muitas vezes despercebidas pelo leigo. Por exemplo, se o governo usa cimento para pavimentar estradas, a técnica dos débitos

¹ Design of the accounts in National Bureau of Economics Research. *A critique of the United States income and product accounts*. Princeton, N.J. Princeton Press, 1958. p. 326.

é crédito revela, desde logo, se esse cimento foi produzido no mesmo período, retirado dos estoques ou importado. Existe, portanto, uma relação entre o consumo do governo, o consumo privado, os investimentos públicos e privados, o volume da produção, a variação dos estoques, outros desinvestimentos e as importações.

Por outro lado, as correlações existentes entre o setor real, o setor financeiro, a economia nacional e o comércio internacional surgem nítidas aos nossos olhos, quando se integram as contas nacionais, a tabela insumo-produto, a conta dos fluxos financeiros e o balanço de pagamentos. É essa integração que nos permite elucidar os “mistérios” da poupança e investimento, das identidades *ex post* e das relações funcionais *ex ante*.

É o que percebemos quando, no capítulo 5, Enthoven apresenta uma breve mas excelente integração das contas de produção, tabela insumo-produto, balanço de pagamentos e conta de variáveis estoques, que denomina de balanço nacional (*national balance sheet*). As contas nacionais, o balanço de pagamentos, o fluxo de fundos, a tabela insumo-produto registram fluxos. Alguns deles, como os dos bens de consumo, são produzidos e desaparecem. Não podem ser mensurados, a não ser numa unidade de tempo (quando são vendidos, por exemplo). São produzidos, mas não se acumulam. Outros, como os bens de produção e o fluxo da poupança, acumulam-se para formar variáveis estoques. Uma variável fluxo determina o volume de outra, como a renda, que determina o consumo. Mas também ocorrem relações entre estoques e fluxos, como, por exemplo, a existente entre o capital e o produto. A esse respeito, os quadros apresentados pelo autor no capítulo 5 são muito elucidativos. Cumpre reconhecer, com o autor, que a integração das contas preconizadas pelas Nações Unidas ainda é prematura, principalmente para os países em desenvolvimento. Isso, todavia, não lhe retira o mérito. Exequível ou não, a técnica da integração tem grande valor pedagógico.

A ciência econômica há de basear-se em fatos. Estes porém nada revelam, a menos que sejam compilados e publicados de forma ordenada e coerente. Para tal é mister que as contas nacionais e outras formas de contabilidade social sejam aprimoradas. Que outras fontes de estatísticas, como os arquivos administrativos, sejam também utilizados para as estimativas das contas nacionais. Uma sugestão do autor que parece merecer acolhida é a que aparece na página 97:

“As relações entre a micro e macrocontabilidade indicam que há urgência de desenvolvermos um sistema e teoria de contabilidade uniforme-

mente válido, que se componha de um melhor conjunto de instrumentos que nos permita formular vários tipos e subsistemas de micro e macrocontabilidade.”

Esse sistema preconizado pelo autor permitirá conhecer melhor a realidade econômica do país e explicar-lhe o passado. Quanto ao planejamento econômico, antes de comentar o que diz o autor, cumpre confessar que concordo inteiramente com a afirmação de Sir Wiston Churchill na Conferência à imprensa do Cairo, em 1 de fevereiro de 1943: *“I always avoid prophesying beforehand, because it is much better policy to prophesy after the event has already taken place.”*

O que passo a dizer, doravante, não é senão consequência da lição do grande estadista britânico.

Na parte que se refere ao planejamento econômico, parece que o mérito do livro é puramente pedagógico. Isso porque não cuido ser exequível, pelo menos na economia de mercado, e planejamento econômico.

Diz o autor: “O primeiro passo do processo de planejamento é determinar um sistema completo e consistente de valores macroeconômicos (informações da contabilidade nacional) que cubra o período de planejamento. Essas informações deveriam refletir, entre outras coisas, o produto nacional, o consumo, os investimentos, as exportações e as importações. Uma importante identidade macroeconômica a ser utilizada nesse contexto é:

$$M + Y = C + I + E \text{ em que}$$

M = Importações

Y = Renda nacional

C = Consumo

I = Investimento

E = Exportações”.

O autor se refere a uma importante identidade *ex post*. Como estabelecer as relações funcionais *ex ante*?

Há, entre os econométristas, a tendência pouco recomendável a abusar dos métodos quantitativos em economia. Um pouco mais de reflexão corrigiria o abuso. Exemplificando: a curva normal dos erros, deduzida por Gauss, baseia-se em três postulados essenciais, a saber:

1. As forças causais que influenciam as ocorrências individuais são muito numerosas e aproximadamente de igual ponderação;
2. Essas forças são independentes umas das outras;
3. A atuação das forças causais é de tal natureza, que os desvios para cima e para baixo da média dos resultados se compensam em magnitude e número.

Para que o método econométrico seja válido é pois necessário que a realidade analisada obedeça a esses postulados. Um modelo matemático clássico, o de Gauss-Markov, adota o método dos mínimos quadrados para estimar uma variável endógena, cujas oscilações são funções lineares sujeitas a um erro aleatório, que deve obedecer aos postulados acima enumerados; estes, estatisticamente, podem ser enunciados da seguinte forma:

O conjunto dos erros ao longo do tempo é um conjunto de variáveis aleatórias de média nula;

Os erros não são correlatos e suas variâncias são iguais;

As variáveis explicativas, de que depende a variável, endógena ou não, são aleatórias, sendo o número delas fixo, ou então são aleatórias mas independentes dos valores dos erros;

Os períodos utilizados para a análise de regressão são tão ou mais numerosos que as variáveis explicativas;

As variáveis explicativas são linearmente independente.

Surgem, pois, várias possibilidades de erros, à medida em que esses postulados não se verificam. Vejamos quais:

1. O erro de especificação estrutural — surge de escolher-se uma forma matemática inadequada ou de selecionarem-se variáveis explicativas em número inadequado.
2. A autocorrelação dos erros — nesse caso não são, como deveriam, independentes entre si.
3. A heteroscedasticidade — nesse caso a variância dos erros dependerá da variável tempo.
4. Erros nas variáveis explicativas, que ficam então com uma parte verdadeira e outra falsa. Isto é, em vez de x , passam a ser $x' + x'' = x$.

Então, em vez de a relação ser $y = XB + e$, teremos

$$Y = X'B + e = (X - X'') B + e.$$

Fazendo $n = (\epsilon - X'') B$ teremos

$$Y = X B + n$$

nesse caso os *xis* e os *enes* se correlacionam, o que contraria o postulado de que não pode haver correlação entre essas variáveis.

5. Por último temos a multicolinearidade, que procede de haver relações lineares entre as partes verdadeiras das variáveis explicativas.

Embora existam inúmeros testes para verificar se algum desses erros foi cometido, não acredito que na prática sejam de muita utilidade. Para exemplificar como sugere o autor, vamos estimar a função consumo. De que depende o consumo? Da renda corrente, exclusivamente? Do chamado efeito Pigou, conjuntamente com a renda? Ou devemos seguir a teoria de Milton Friedman? A hipótese da renda permanente (*permanent income*) de Friedman parece razoável. Se o consumidor, por exemplo, prevê um período de vacas magras, consumirá menos no período de vacas gordas. Essa, pelo menos, a lição do José do Egito. Ocorre porém que o próprio autor, na página 26 de seu *A theory of consumption function*,² declara que o *permanent income* não pode ser mensurado. Todos sabemos que as expectativas do consumidor influenciam-lhe o comportamento. Mas como medi-las, se o consumidor não tem senão vaga idéia do futuro? Em geral, medem-se as expectativas como se fossem iguais à média dos valores passados das variáveis ao longo do tempo. Isso é confundir futuro com passado, o que não faz sentido, a não ser que as expectativas estivessem sempre enraizadas, inalteravelmente, no passado. Como, então, estabelecer relações quantitativas entre coisas não mensuráveis?

E que dizer das variáveis explicativas? Estão corretamente estimadas? Senão o estiverem, então os postulados não se estarão cumprindo, como se viu.

Mas não é esse o único óbice ao planejamento correto.

Acertadamente diz o autor, referindo um passo do estudo da OECD de 1964 (*Development plan and programs — studies in development*):

“É lícito afirmar ser menos provável que se formule um plano razoavelmente consistente sem que se faça uma avaliação da produtividade do investimento nos diversos setores. Isso exige conhecimento de projetos. Acresce que, para alcançar boa avaliação da produtividade, é mister co-

² National Bureau of Economic Research. New York — Princeton, Princeton University Press, 1957.

nhecer a escassez dos recursos e os lucros que serão obtidos com sua utilização, o que, em princípio não se pode obter, a menos que se formule um plano de longo prazo baseado na seleção dos investimentos mais produtivos.”

A OECD parece recomendar que o plano calcule os custos alternativos dos investimentos. Tarefa não muito fácil.

Acrescenta o autor, corretamente:

“Como salientado várias vezes por Tinbergen, não é a intensidade do capital e trabalho o único critério a ser utilizado. Importa, além disso, considerar o que denominou de fatores complementares, como os custos dos transportes, o custo indireto, o custo do treinamento da mão-de-obra e as disponibilidades dos recursos naturais. Acresce que os custos podem-se modificar graças aos *backward* e *forward linkages* e aos progressos obtidos em setores correlatos, como, por exemplo, o desenvolvimento da indústria de matérias-primas. Todas essas alterações devem incorporar-se em tabelas alternativas comparáveis de custos-lucros. Por seu turno, os custos devem ser subdivididos em custos fixos, variáveis, diretos, indiretos, nacionais e internacionais.”

Não parece exequível o proposto. Em artigo publicado no *Economic Journal*, R.M. Goodwin dizia, em dezembro de 1949, ao referir-se ao multiplicador keynesiano, que os coeficientes técnicos não deveriam ser os da matriz de Leontieff, visto ser importante separar os custos variáveis dos fixos e despesas autônomas. Efetivamente, é o que se lê no *The multiplier as matrix*:

“Os coeficientes devem ser $a_{ij} Y_j + b_{ij} + B_{ij} (t)$ em que $a_{ij} y_j$ são os custos variáveis, b_{ij} os custos fixos e $B_{ij} (t)$ as despesas que independem da renda”. Esses coeficientes não são, evidentemente, os da matriz de Leontieff e não podem ser calculados, a menos que os custos sejam levantados em períodos diferentes, sem que os preços e a tecnologia tenham se modificado.

Teoricamente, o artigo de Goodwin é bastante interessante, no que concerne ao planejamento.

Denominando de \bar{Y} a renda de equilíbrio, dada solução da equação matricial não homogênea:

$[I - A] Y = b$ (sendo b as despesas autônomas adicionadas ao custo fixo), chega-se à solução particular, análoga à de Leontieff,

$$Y = [I - A]^{-1} b.$$

Solucionando-se a equação homogênea:

$$I Y_{t+1} - A Y_t = 0$$

Encontramos a solução geral da equação de diferenças finitas de primeira ordem

$Y_t = \bar{Y} + A^t (Y_0 - \bar{Y})$ que dá resultados teóricos muito mais ricos que o multiplicador keynesiano, visto que a renda Y é o vetor coluna das receitas de todos os setores industriais, mais o das unidades familiares. Mas como encontrar a matriz na prática? E se a encontrarmos, não irá ela modificar-se ao longo do tempo? Como calcular a propensão marginal a consumir?

Ainda que todos os problemas apontados pudessem ser solucionados na prática, ainda assim, o problema do planejamento econômico continuaria insolúvel. Citando Tinbergen, diz o autor que os principais objetivos do planejamento econômico são:

1. Maior nível de emprego
2. Rápido aumento da renda nacional ou da renda *per capita*
3. Melhor distribuição da renda
4. Equilíbrio do balanço de pagamentos
5. Preços estáveis
6. Desenvolvimento regional equilibrado.

É evidente que os objetivos são conflitantes. Como, então, decidir quais os prioritários? Eles envolvem juízos de valor. Conseqüentemente as prioridades envolvem decisões arbitrárias. Quem teria o arbítrio para decidir? Não seria possível, no caso, recorrer à opinião da maioria, pois suas preferências não são transitivas. Um simples exemplo demonstrará este fato. Suponhamos, para exemplificar, o caso de três indivíduos com as seguintes preferências:

- x prefere a opção A à opção B e a opção B à C
- y prefere a opção C à opção A e a opção A à B
- z prefere a opção B à C e a opção C à A .

Nesse caso, a maioria (dois indivíduos) tem a seguinte escala de preferência: A a B , B a C e C a A .

Ocorre que, na teoria do consumidor, existe o problema da integração da curva de indiferença. Como demonstrado por H. S. Houthakker³ o problema somente tem solução no caso de as preferências serem transitivas. Conseqüentemente, é impossível resolver o problema das prioridades a serem dadas a objetivos conflitantes consultando a vontade da maioria. O planejamento econômico implica, pois, necessariamente, a intervenção do arbítrio da autoridade central.

Falando em planejamento econômico, é hábito citar o exemplo da União Soviética, cujo desenvolvimento é inegável. Esquecem os apolo-gistas que o grande Preobahensky, não obstante ser confessadamente marxista, foi fuzilado por Stalin por discordar das metas de um dos planos quinquenais. Quem garante que as suas opções não eram superiores às adotadas?

Parafraseando Churchill, é lícito dizer que o sistema da economia do mercado é o pior dos sistemas econômicos, excetuados naturalmente todos os outros.

Nada disso, porém, deve ser tido por condenação da teoria do planejamento econômico. Além de seu grande mérito pedagógico, ela possui um mérito prático ainda maior. Ensina que elaborar planos de desenvolvimento social é perder tempo precioso, que poderia ser empregado em coisas bem mais úteis.

LIVRARIAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Guanabara

Praia de Botafogo, 188 — C.P. 21 120 — ZC-05 — Tel.: 266-1512 — R. 110
Av. Graça Aranha, 26 — lojas H e C — Tel.: 222-4142

São Paulo

Av. Nove de julho, 2029 — Tel.: 288-0011 — C.P. 5 534

Brasília

S.P. 104 — Bloco A — Loja 11 — Tel.: 42-1689

As edições da Fundação Getulio Vargas São ainda encontradas nas principais livrarias do País. Os pedidos de Reembolso Postal devem ser dirigidos à Editora da Fundação Getulio Vargas, Praia de Botafogo, 188 — C.P. 21 120 — ZC-05 — Rio de Janeiro — RJ.

* Houthakker, H. S. Revealed preference and the utility function. *Economica*, May 1950.